



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA
Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaipava/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaipava.assesi.com

COTAÇÃO DE PREÇO

Nº: 2022.01.24-0002

DATA DO PROCESSO

24/01/2022

DESCRIÇÃO

AQUISIÇÃO DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES

HISTÓRICO

AQUISIÇÃO DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE ITAIPAVA/CE.

SECRETARIAS DO PROCESSO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, AQUICULTURA E MEIO AMBIENTE.
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, JUVENTUDE E EMPREENDEDORISMO.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.acotacao.com.br/autenticar

CHAVE1: f9b012cd5df0861b03da291ece51ce1e

CHAVE2: 7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215



DOCUMENTOS DO PROCESSO

SOLICITAÇÃO
 ITENS DO PROCESSO
 MAPA DE PREÇO

JUSTIFICATIVA
 AUTORIZAÇÃO



PREÇO REFERÊNCIA DOS ITENS

LOTE 01 - ITEM: BATERIA 60 AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	HF PNEUS EIRELI CPF/CNPJ: 18180450000179	Número: 13.04.01/2021 Data da realização: 13/04/2021 Município: SAO JOAO DO JAGUARIBE	389,00	UNIDADE
2	JOSE OSVALDO DE ALMEIDA PECAS CPF/CNPJ: 04174665000172	Número: 18.002/2021PERP Data da realização: 07/07/2021 Município: QUIXERAMOBIM	395,00	UNIDADE
3	N & L FERNANDES AUTO PECAS LTDA CPF/CNPJ: 72262173000199	Número: 14.018/2021PERP Data da realização: 19/07/2021 Município: QUIXERAMOBIM	501,50	UNIDADE

LOTE 01 - ITEM: BATERIA 90AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	RAIMUNDO IVAN ROCHA & CIA LTDA CPF/CNPJ: 07282031000121	Número: 2021.02.05.01 Data da realização: 05/02/2021 Município: GRANJA	750,00	UNIDADE
2	HF PNEUS EIRELI CPF/CNPJ: 18180450000179	Número: 13.04.01/2021 Data da realização: 13/04/2021 Município: SAO JOAO DO JAGUARIBE	807,78	UNIDADE
3	CENTRO AUTOMOTIVO FREITAS EIRELI CPF/CNPJ: 35216399000127	Número: 4010301/2021 Data da realização: 01/03/2021 Município: MARCO	850,00	UNIDADE

LOTE 01 - ITEM: BATERIA DE 100AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	A L P GUERREIRO EIRELI CPF/CNPJ: 24804712000121	Número: 00.10/2021-PE Data da realização: 28/06/2021 Município: ARARENDÁ	703,20	UNIDADE
2	R M A EDUARDO CPF/CNPJ: 02577520000197	Número: 00210052021DIVE Data da realização: 10/05/2021 Município: RUSSAS	730,00	UNIDADE
3	AUTOPECAS RIBEIRO ALENCAR LTDA CPF/CNPJ: 20120717000184	Número: 2021081601PMS Data da realização: 16/08/2021 Município: SALITRE	800,00	UNIDADE

LOTE 01 - ITEM: BATERIA DE 150AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	ENGRENAR PECAS, SERVICOS E LOCACOES LTDA CPF/CNPJ: 10464968000122	Número: PE 023.2021-SRP Data da realização: 20/04/2021 Município: PARAIPABA	1.287,95	UNIDADE
2	CESAR AUTO CENTER EIRELI CPF/CNPJ: 27068666000138	Número: 01.015/2021-PER Data da realização: 18/05/2021 Município: PACATUBA	1.385,00	UNIDADE
3	EUGENIO ALVES DO NASCIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 28904661000160	Número: 2021081601PMS Data da realização: 16/08/2021 Município: SALITRE	1.500,00	UNIDADE





LOTE 01 - ITEM: BATERIA DE 5AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	J. M. NOBRE CPF/CNPJ: 04214667000148	Número: PE-001/2021-DIV Data da realização: 01/03/2021 Município: MORADA NOVA	127,20	UNIDADE
2	JOSE OSVALDO DE ALMEIDA PECAS CPF/CNPJ: 04174665000172	Número: 18.002/2021PERP Data da realização: 07/07/2021 Município: QUIXERAMOBIM	132,50	UNIDADE
3	FRANCISCA CRISTIANE DO NASCIMENTO CPF/CNPJ: 20612090000189	Número: 2204.01/21-SRP Data da realização: 22/04/2021 Município: MILHA	134,86	UNIDADE

LOTE 01 - ITEM: BATERIA DE 7AH

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	J. M. NOBRE CPF/CNPJ: 04214667000148	Número: PE-001/2021-DIV Data da realização: 01/03/2021 Município: MORADA NOVA	153,29	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 1400X24) 16 LONAS

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: GM-PE009/21-SRP Data da realização: 18/06/2021 Município: INDEPENDENCIA	4.600,00	UNIDADE
2	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: PE 055.2021-SRP Data da realização: 20/08/2021 Município: SAO GONCALO DO AMARANTE	4.920,00	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 17,5 X 25) 16 LONAS

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: PE 055.2021-SRP Data da realização: 20/08/2021 Município: SAO GONCALO DO AMARANTE	5.690,00	UNIDADE
2	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.08.31.1 Data da realização: 31/08/2021 Município: ALTANEIRA	6.018,80	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 175/70R13)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 2021.06.02.01. Data da realização: 02/06/2021 Município: CARIRIACU	320,00	UNIDADE
2	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	359,00	UNIDADE
3	A. N. DE SOUSA TRANSPORTES CPF/CNPJ: 03956964000104	Número: 01/2021-PERP Data da realização: 28/06/2021 Município: ARARIPE	428,34	UNIDADE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA**Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaipava/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaipava.assessoria.com**LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 175/70R14)**

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	365,00	UNIDADE
2	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.08.17.1 Data da realização: 17/08/2021 Município: JUAZEIRO DO NORTE	380,00	UNIDADE
3	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 2021.08.05.01 Data da realização: 05/08/2021 Município: ICAPUI	406,25	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 185 R14)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	A. ANCHIETA CHAVES JUNIOR CPF/CNPJ: 07701811000240	Número: PE-05/2021-DIVE Data da realização: 12/04/2021 Município: ALTO SANTO	330,00	UNIDADE
2	J. M. NOBRE CPF/CNPJ: 04214667000148	Número: PE-001/2021-DIV Data da realização: 01/03/2021 Município: MORADA NOVA	357,06	UNIDADE
3	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 300601202105SRP Data da realização: 30/06/2021 Município: AMONTADA	433,92	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 185/65 R 15)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 300601202105SRP Data da realização: 30/06/2021 Município: AMONTADA	450,00	UNIDADE
2	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 05.05.001/2021 Data da realização: 05/05/2021 Município: SABOEIRO	477,00	UNIDADE
3	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.08.17.1 Data da realização: 17/08/2021 Município: JUAZEIRO DO NORTE	480,00	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 185/70R14)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	RILAMI FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 26601949000130	Número: 01.015/2021PERP Data da realização: 31/03/2021 Município: AQUIRAZ	349,44	UNIDADE
2	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	418,00	UNIDADE
3	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 2021.02.08.01 Data da realização: 08/02/2021 Município: CARIUS	494,00	UNIDADE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA**Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaipava/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaipava.assessoria.com**LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 195/65R15)**

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: 20210210001-GM Data da realização: 08/02/2021 Município: AIUABA	386,24	UNIDADE
2	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	413,00	UNIDADE
3	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 2021.06.02.01. Data da realização: 02/06/2021 Município: CARIRIACU	475,00	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 215/65 R16)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: 1405.02/2021 Data da realização: 06/05/2021 Município: MORRINHOS	590,00	UNIDADE
2	S. S. LIBERATO CPF/CNPJ: 29720808000125	Número: 2106.01/2021 Data da realização: 21/06/2021 Município: MUCAMBO	625,00	UNIDADE
3	EUGENIO ALVES DO NASCIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 28904661000160	Número: 2021.09.01.1 Data da realização: 01/09/2021 Município: FARIAS BRITO	629,80	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 265/70 R 16)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 2021.06.02.01. Data da realização: 02/06/2021 Município: CARIRIACU	880,00	UNIDADE
2	RILAMI FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 26601949000130	Número: 002/2021-CARONA Data da realização: 04/06/2021 Município: PENAFORTE	1.050,00	UNIDADE
3	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 05.05.001/2021 Data da realização: 05/05/2021 Município: SABOIEIRO	1.290,00	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU (REF: 900X20) 14 LONAS

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	EMANUEL OLIVEIRA DE LIMA CPF/CNPJ: 07115104000190	Número: 2608.01/2021-03 Data da realização: 26/08/2021 Município: CEDRO	1.301,68	UNIDADE
2	L S DE FARIAS CPF/CNPJ: 23895062000104	Número: 2021021801PEPMC Data da realização: 18/02/2021 Município: CROATA	1.335,00	UNIDADE
3	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 2021.02.08.01 Data da realização: 08/02/2021 Município: CARIUS	1.677,00	UNIDADE

www.acotacao.com.br/autenticar

CHAVE1: f9b012cd5df0861b03da291ece51ce1e

CHAVE2: 7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215





LOTE 02 - ITEM: PNEU 275/80R22,5 16 LONAS

Pesq.	Fornecedor	Informa�es do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.02.18.02 Data da realiza�o: 18/02/2021 Município: AURORA	1.890,00	UNIDADE
2	LOGIDATA SOLUCOES EIRELI CPF/CNPJ: 30695994000179	Número: 2021/01366 Data da realiza�o: 10/03/2021 Município: FORTALEZA	1.925,00	AVULSO 1.0 UNIDADE
3	PNEUCAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CPF/CNPJ: 26373893000104	Número: 2021/03454 Data da realiza�o: 06/04/2021 Município: FORTALEZA	2.200,00	AVULSO 1.0 UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU 410X18

Pesq.	Fornecedor	Informa�es do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	N & L FERNANDES AUTO PECAS LTDA CPF/CNPJ: 72262173000199	Número: 07.005/2021PERP Data da realiza�o: 29/04/2021 Município: QUIXERAMOBIM	167,90	UNIDADE
2	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: 2021.06.30.01 Data da realiza�o: 30/06/2021 Município: IGUATU	227,03	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU 90X90X18

Pesq.	Fornecedor	Informa�es do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	LUKAUTO - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA CPF/CNPJ: 13545473000116	Número: 003637/2020 Data da realiza�o: 26/01/2021 Município:	189,90	UNIDADE
2	A. ANCHIETA CHAVES JUNIOR CPF/CNPJ: 07701811000240	Número: 005/2021/PP Data da realiza�o: 29/01/2021 Município: IRACEMA	200,00	UNIDADE
3	J R COELHO TAVARES CPF/CNPJ: 11649195000111	Número: 1608.01/2021-PE Data da realiza�o: 13/08/2021 Município: ITATIRA	215,00	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU 90X90X21

Pesq.	Fornecedor	Informa�es do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: 2021.06.30.01 Data da realiza�o: 30/06/2021 Município: IGUATU	198,19	UNIDADE

LOTE 02 - ITEM: PNEU RADIAL 16 LONAS (REF: 1000X20)

Pesq.	Fornecedor	Informa�es do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realiza�o: 23/07/2021 Município: BARBALHA	1.980,00	UNIDADE
2	JH COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA CPF/CNPJ: 02795126000125	Número: 2021.05.07.1-PE Data da realiza�o: 07/05/2021 Município: HORIZONTE	2.100,00	UNIDADE
3	EUGENIO ALVES DO NASCIMENTO LTDA CPF/CNPJ: 28904661000160	Número: 2021.09.01.1 Data da realiza�o: 01/09/2021 Município: FARIAS BRITO	2.132,80	UNIDADE





LOTE 02 - ITEM: PNEU REFERENCIA 215/75/17

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	A L P GUERREIRO EIRELI CPF/CNPJ: 24804712000121	Número: 04.03/2021-PE Data da realização: 26/07/2021 Município: ARARENDA	1.331,80	UNIDADE
2	A. N. DE SOUSA TRANSPORTES CPF/CNPJ: 03956964000104	Número: 01/2021-PERP Data da realização: 28/06/2021 Município: ARARIPE	1.455,39	UNIDADE
3	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 2021.02.03.01 Data da realização: 03/02/2021 Município: IGUATU	1.490,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR (REF: 1000X20)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	CESAR AUTO CENTER EIRELI CPF/CNPJ: 27068666000138	Número: 003/2021 Data da realização: 19/04/2021 Município: OCARA	150,00	UNIDADE
2	AB PNEUS E ACESSORIOS LTDA CPF/CNPJ: 03538927000178	Número: 20210210001-GM Data da realização: 08/02/2021 Município: AIUABA	179,80	UNIDADE
3	J R COELHO TAVARES CPF/CNPJ: 11649195000111	Número: 1608.01/2021-PE Data da realização: 13/08/2021 Município: ITATIRA	430,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR (REF: 14)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	HF PNEUS EIRELI CPF/CNPJ: 18180450000179	Número: 1902.01/2021-03 Data da realização: 19/02/2021 Município: CEDRO	68,84	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR (REF: 900X20)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	HF PNEUS EIRELI CPF/CNPJ: 18180450000179	Número: 1902.01/2021-03 Data da realização: 19/02/2021 Município: CEDRO	172,09	UNIDADE
2	CENTRO AUTOMOTIVO FREITAS EIRELI CPF/CNPJ: 35216399000127	Número: 002/2021-DIV Data da realização: 05/07/2021 Município: ACARAU	200,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR (REF:1400 X 24)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	A. N. DE SOUSA TRANSPORTES CPF/CNPJ: 03956964000104	Número: 01/2021-PERP Data da realização: 28/06/2021 Município: ARARIPE	432,01	UNIDADE
2	A L P GUERREIRO EIRELI CPF/CNPJ: 24804712000121	Número: 00.09/2021-PE Data da realização: 03/03/2021 Município: ARARENDA	450,00	UNIDADE
3	RILAMI FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 26601949000130	Número: 002/2021-CARONA Data da realização: 04/06/2021 Município: PENAFORTE	650,00	UNIDADE





LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR 2,75X18

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE CPF/CNPJ: 11044272000100	Número: 0015/2021 GM Data da realização: 09/04/2021 Município: QUIXERE	32,50	UNIDADE
2	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000193	Número: 2021.04.20.1 Data da realização: 20/04/2021 Município: QUIXELO	37,80	UNIDADE
3	ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI CPF/CNPJ: 10973526000101	Número: 300601202105SRP Data da realização: 30/06/2021 Município: AMONTADA	42,93	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR 90X90X18

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	35,00	UNIDADE
2	CENTRO AUTOMOTIVO FREITAS EIRELI CPF/CNPJ: 35216399000127	Número: 002/2021-DIV Data da realização: 05/07/2021 Município: ACARAU	43,00	UNIDADE
3	RILAMI FERREIRA DA SILVA CPF/CNPJ: 26601949000130	Número: 002/2021-CARONA Data da realização: 04/06/2021 Município: PENAFORTE	54,33	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: CAMARA DE AR 90X90X21

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	PNEUS CANTEIROS LTDA CPF/CNPJ: 01739141000436	Número: 2021.08.17.1 Data da realização: 17/08/2021 Município: JUAZEIRO DO NORTE	40,00	UNIDADE
2	S. S. LIBERATO CPF/CNPJ: 29720808000125	Número: 2106.01/2021 Data da realização: 21/06/2021 Município: MUCAMBO	44,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: PITO Nº 13

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	12,59	UNIDADE
2	LINEAR LOPES LTDA CPF/CNPJ: 01794045000148	Número: 2021.02.15-02PP Data da realização: 15/02/2021 Município: GENERAL SAMPAIO	20,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: PITO Nº 22,5

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	LINEAR LOPES LTDA CPF/CNPJ: 01794045000148	Número: 2021.02.15-02PP Data da realização: 15/02/2021 Município: GENERAL SAMPAIO	15,17	UNIDADE





LOTE 03 - ITEM: PROTETOR (1000X20)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	L. W. VERISSIMO SOUSA CPF/CNPJ: 02206532000105	Número: 2021.01.22.1 Data da realização: 22/01/2021 Município: ARNEIROZ	95,12	UNIDADE
2	J A PAULINO JUNIOR CPF/CNPJ: 19369850000190	Número: 01.004/2021-PP Data da realização: 26/01/2021 Município: CARNAUBAL	100,00	UNIDADE
3	THIAGO TAVARES DE MACEDO CPF/CNPJ: 13096770000121	Número: 2021.07.23.1 Data da realização: 23/07/2021 Município: BARBALHA	142,00	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: PROTETOR DE CAMARA (REF:17,5 X25)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	L. W. VERISSIMO SOUSA CPF/CNPJ: 02206532000105	Número: 2021.01.22.1 Data da realização: 22/01/2021 Município: ARNEIROZ	289,60	UNIDADE
2	T J M PAULA CPF/CNPJ: 07593626000106	Número: 2021.01.05.01PP Data da realização: 05/01/2021 Município: MIRAIMA	325,30	UNIDADE

LOTE 03 - ITEM: REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA (CAIXA TUCHO)

Pesq.	Fornecedor	Informações do processo licitatório	Valor R\$	Unid. medida
1	LBW PARAFUSOS LTDA CPF/CNPJ: 22725520000102	Número: 572/2020 Data da realização: 04/02/2021 Município:	48,20	Unidade





JUSTIFICATIVA Nº: 2022.01.24-0002

Dentre as fases da despesa pública ressaltamos a importância das fases iniciais de planejamento, que consiste na identificação e especificação das necessidades da Administração Pública incluindo-se o levantamento de custos prévios para cada objeto, resguardando-se princípios como economicidade e eficiência, impendendo destacar que um planejamento coerente, da base a uma obtenção eficiente de valores prévios e em consequência valores de contratação, elevando a assertividade da administração pública no atendimento integral das demandas de interesse público.

O planejamento das despesas públicas tem previsão em diversos mandamentos legais, como nos Art's. 8º, 14º e 15º da Lei 8.666/93 e suas alterações, que trata das modalidades tradicionais de licitação, assim como no Art. 3º, Lei 10520/2002, que regulamenta o Pregão e Arts. 14º e 15º do Decreto nº 10.024/2019, este que regulamenta o Pregão Eletrônico.

Os posicionamentos jurisprudenciais, principalmente aqueles emanados pelo TCU – Tribunal de Contas da União, são claros, no sentido da efetivação do planejamento anual de compras e serviços de modo eficiente tanto para a realização de procedimentos de licitação, assim como de dispensas e outros procedimentos administrativos.

O administrador público deve realizar *planejamento* anual para compras, a fim de evitar o fracionamento irregular de *despesa* e a fuga ao procedimento licitatório adequado. **Acórdão 1046/2009- Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN**

Realize planejamento de compras a fim de que possam ser feitas aquisições de produtos de mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimativa da totalidade do valor a ser adquirido, abstendo-se de utilizar, nesses casos, o art. 24, inciso II, da Lei no 8.666/1993 para justificar a dispensa de licitação, por se caracterizar fracionamento de despesa. **Acórdão 367/2010 Segunda Câmara (Relação)**

Compras, sempre que possível, devem ser planejadas com base no histórico de registros de consumo dos materiais. **Acórdão 1380/2011-Plenário | Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO**

No que tange ao levantamento de custos prévios para atesto da vantajosidade econômica e financeira nas contratações públicas, é salutar mencionar que este também está previsto nas legislações pátrias, e deve ser sempre providenciado na fase interna da despesa, seja passível de licitação ou não uma, sempre priorizando uma "ampla pesquisa de preços".

Lei 8.666/93, art. 15, § 1º: *O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.*

Lei 8.666/93, art. 43, IV: *...conformidade de cada proposta (...) com os preços correntes no mercado...*

Lei 10.520/02, art. 3º, III: *dos autos do procedimento constarão (...) o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.*

Decreto 3.555/00, art. 8º, § 2º, II: *...propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado...*

O posicionamento dos Tribunais de Contas sobre o tema levantamento de preços prévios e Pesquisa de Preços, vem evoluindo e nesta seara registramos posição do antigo TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará e do TCU – Tribunal de contas da União.

TCM CE

PROCESSO Nº: 944/02

INFORMAÇÃO Nº: 42/02





INTERESSADO: Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO JAGUARIBE - CE

"Todavia, mesmo dispensável a licitação no presente caso, é de bom alvitre que a Administração observe se os preços ofertados para aquele produto são compatíveis com os praticados no mercado, através da devida coleta de preços."

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Realize ampla pesquisa de preços no mercado, a fim de estimar o custo do objeto a ser adquirido, anexando-a respectivo processo licitatório, de acordo com os art's. 7º, § 2º, II, e 43, IV, da Lei no 8.666/1993. **Acórdão 2479/2009 Plenário**

Na esteira da evolução mencionada a União editou diversas normas privilegiando a Pesquisa de Preços Eletrônica, dentre as quais a IN nº 05/2014 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, depois alterada pela IN nº 03/2017:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:
(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

I - Paineis de Preços disponíveis no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017).

II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017).

III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017).

IV - Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017).

O extinto TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará tratou do tema em consulta enviada pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, em 2013, senão vejamos:

Processo nº: 2013.FOR.CON.03741/13.

Natureza: Processo Normativo Consultivo.

Consultante: IVO FERREIRA GOMES - Secretário Municipal de Educação de FORTALEZA.

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de FORTALEZA.

Relator: Conselheiro Hélio Parente de Vasconcelos Filho.

PARECER TÉCNICO SOBRE CONSULTA Nº 03/2014.

EMENTA:

DECISÃO do Pleno do TCM/CE pelo CONHECIMENTO da presente consulta, em razão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade. Respostas:

1) É cabível a utilização pela Administração Pública de cotações de preços fornecidos através da Internet (Rede Mundial_ de Computadores para a realização da pesquisa de mercado, devendo a administração cuidar para que a cotação seja a mais ampla possível, consignando o máximo de preços encontrados, devendo haver, no mínimo, a juntada de 03 (três) fornecedores do ramo pertinente, visando aferir a compatibilidade dos

www.acotacao.com.br/autenticar
CHAVE1: f9b012cd5df0861b03da291ece51ce1e
CHAVE2: 7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaipava\CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaipava.assesi.com



preços propostos com os praticados no mercado, nos termos do disposto no inciso V, § 1º, art. 15 e inciso IV, art. 43, da Lei nº 8.666/1993, e sempre aplicando os valores principiológicos da economicidade, eficiência e transparência;

2) São vedadas as cotações obtidas em sítios de leilão ou intermediação de venda, bem como há de ser avaliada a aplicação de deflator ao preço obtido para as cotações de preço unitário do produto ou serviço.

2.1) Nas cotações/orçamentos retirados da INTERNET deverão constar os endereços eletrônicos do qual foram retirados, caracterização completa das empresas consultadas (endereço completo, acompanhado de telefones existentes), a fim de resguardar a transparência e legalidade dos procedimentos administrativos, indicação dos valores praticados de maneira fundamentada e detalhada, não deverá ser admitida a cotação que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, data e local de expedição, deverá informar o prazo limite e ainda caberá ao fornecedor submeter-se às normas da Lei de Licitações. 2.2) O valor da cotação de preços deve englobar os preços unitários, sempre que viável, considerando a quantia -relativa ao frete e demais acréscimos porventura cobrados ao produto, ou seja, o "menor preço", para fins de coleta, deve ser o valor final, com vistas a resguardar a transparência e legalidade dos procedimentos administrativos;

2.3) Os preços cotados devem ser impressos da página relativa ao site original do produto pesquisado, constando expressamente, além da indicação do fornecedor do produto ou serviço a ser licitado e dos preços, o endereço eletrônico visitado, a data e a hora da pesquisa.

Preços fixados por órgãos oficiais são confirmados como opção viável e coerente na obtenção de preços prévios para garantia de economicidade e vantajosidade das contratações públicas conforme valores de mercado.

É obrigatória, nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, a consulta dos preços correntes no mercado, dos fixados por órgão oficial competente ou, ainda, dos constantes em sistema de registro de preços. A ausência de pesquisa de preços configura descumprimento de exigência legal.

Acórdão 2380/2013-Plenário | Relator: ANA ARRAES

Conheçamos também o **Acórdão 2816/2014 – Plenário**, de 22/10/2014, onde o TCU reitera que é recomendável que a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação não se restrinja a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores.

A Jurisprudência tem demonstrado a eficácia de pesquisas de preços realizadas via internet, mormente o TCU – Tribunal de contas da União, consolidando indubitavelmente a eficácia da coleta eletrônica de preços em diversos julgados.

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão. **Acórdão 1548/2018-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES**

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão. **Acórdão 713/2019-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS**

É válida a utilização do Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde (BPS) como referência de preços para aquisição de medicamentos e, conseqüentemente, para fins de quantificação de superfaturamento e sobrepreço, desde que balizada por critérios adequados, que aproximem a pesquisa à contratação analisada. **Acórdão 527/2020-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS**





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba\CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com



A diversidade de formas de pesquisa de preços segundo a jurisprudência majoritária (TCU) para demonstração da vantajosidade das contratações abrange os casos de prorrogação de contratos assim como, para adesões a atas de registros de preços.

Na elaboração do orçamento estimativo de licitação, bem como na demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato, devem ser utilizadas fontes diversificadas de pesquisa de preços. Devem ser priorizadas consultas ao Portal de Compras Governamentais e a contratações similares de outros entes públicos, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária.

Acórdão 1445/2015-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

A mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante ("carona"), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública.

Acórdão 420/2018-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

A importância do planejamento preciso aliando a correta especificação do objeto e ampla pesquisa de preços eficazmente realizada por múltiplas fontes é referendada pelo TCU, quando enfatiza que a pesquisa de preços só pode ser realizada se houver adequado planejamento da compra. Isso pressupõe a especificação precisa e suficiente do objeto a ser adquirido e todas as condições da aquisição, conforme Súmula 177 do TCU.

Somente após a especificação do bem pretendido, é que a Administração deve efetuar a pesquisa de preços, para que se evite a comparação entre produtos que não sejam equivalentes. (vide AC TCU 998/2009-P)

O orçamento estimativo da contratação deve ser elaborado mediante consulta a fontes diversificadas, a fim de conferir maior segurança no que diz respeito à fixação dos valores dos itens ou serviços a serem adjudicados, mostrando-se inadequada a sua elaboração com base apenas em consulta a fornecedores.

Acórdão 1678/2015-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

Por todo o exposto, é inquestionável a necessidade de um planejamento eficiente das despesas públicas levando-se em conta as características detalhadas de cada objeto e uma estimativa prévia de custos diversificada baseada prioritariamente em valores de bancos ou painéis de preços de órgãos públicos, contratações similares de outros entes públicos, pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, pesquisa com potenciais fornecedores, com ressalva que a utilização exclusiva dessa fonte não se presta a atestar a vantajosidade das contratações públicas.

Itaiçaba-CE, 3 de Fevereiro de 2022.


Ivo Coelho de Lima
Chefe do Setor de Compras





JUSTIFICATIVA Nº: 2022.01.24-0002

Cabe aqui destacar que as contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei no 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei no 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

Todavia, nenhum desses diplomas legais determina como deve ser realizada essa estimativa, razão pela qual, a Administração, habitualmente, se vale de três orçamentos solicitados a fornecedores que atuam no ramo da contratação. Essa prática decorre da praxe administrativa e da orientação consolidada na jurisprudência por alguns órgãos de controle.

Em 2013, a orientação da Corte de Contas Federal demonstrava seguir outro rumo. No Acórdão no 868/2013 - Plenário, o Min. Relator concluiu que "para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado" ou seja, o "decisium" conheceu, em certa medida, a insuficiência da pesquisa de preços realizada, unicamente, com base nos orçamentos fornecidos pela iniciativa privada.

Na mesma ocasião, o relator indicou alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, se valendo do Voto proferido no Acórdão no 2.170/2007 - Plenário: "Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis" pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos - inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle - a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado".

Segundo o TCU, o que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra, privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações, a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

No Parecer no 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF, a AGU reconheceu que até então havia uma lacuna normativa, pela ausência de regulamento a respeito da pesquisa de preços, sendo comum a jurisprudência indicar a necessidade de cotação com pelo menos três fornecedores.

Contudo, a IN no 05/2014 supriu essa lacuna, alterando o paradigma da metodologia, com o intuito de desburocratizar o procedimento da pesquisa de preços. Para a AGU, "os entendimentos anteriores à IN encontram-se superados, devendo o Administrador observar a nova sistemática".

O próprio TCU, no Acórdão 4.575/2014-2C, já recomendou a aplicação da IN no 05/2014.

E esta Instrução Normativa prevê a possibilidade de usar apenas um dos parâmetros para estimar o preço de referência, quando a fonte da informação for o sistema de compras do Governo Federal, o Comprasnet. Se baseada no Comprasnet, a pesquisa pode se limitar a um único preço.

É juridicamente viável a eleição de apenas um dos parâmetros para a formação do preço estimado da contratação, conforme estabelecido pelo artigo 2º da IN no 05/2014-SLTI/MP, restando, portanto, superada a lacuna legislativa no tocante a metodologia utilizada para a formação do preço estimado (Parecer no 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)

Os órgãos de controle tem demonstrado grande preocupação quando o assunto é a pesquisa de preços para elaboração de orçamento estimativo da licitação, de forma a refletir os valores de mercado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com



A realidade não se mostra diversa quando o assunto é tratado no âmbito da Administração Pública Municipal, onde os orçamentos são elaborados e fornecidos por potenciais licitantes da localidade e que por muitas vezes possuem interesse direto em participar daquele certame, o que torna a confiabilidade do orçamento frágil e duvidosa.

É nessa linha que o TCU, o Tribunal de Contas de Mato Grosso e recentemente o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM, vem modificando o entendimento já pacificado, para adotar uma nova postura na busca pela elaboração de uma estimativa de preços que assegure credibilidade aos valores pesquisados.

É certo que a razão para a obtenção de "no mínimo, 03 (três) propostas válidas" adveio exclusivamente do entendimento reiterado pelo TCU de forma que poderia se mostrar razoável e adequada à época de seu surgimento, entretanto, a realidade das aquisições públicas tem imposto modificações de forma a buscar aceitável confiabilidade nos preços pesquisados.

Partindo dessa visão é que os órgãos de controle deverão considerar que a quantidade de orçamentos deverá dar lugar a qualidade da pesquisa de preço praticada no âmbito da Administração Pública, por meio de ações de treinamento e capacitação dos servidores para formação da estimativa de preços, bem como pela utilização das diversas fontes de consulta.

Nesse norte, a jurisprudência do TCU vem implantando o conceito de que a pesquisa de preço, como forma de alcançar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, deverá utilizar outras fontes de informação para analisar os valores praticados no mercado:

Acórdão 1445/2015 Plenário

Licitação. Orçamento estimativo. Fontes de pesquisa.

Na elaboração do orçamento estimativo de licitação, bem como na demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato, devem ser **utilizadas fontes diversificadas de pesquisa de preços**. Devem ser priorizadas **consultas ao Portal de Compras Governamentais e a contratações similares de outros entes públicos**, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária.

Da mesma forma, o TCE/MT – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, em outras oportunidades apresentou entendimento quanto à fragilidade da utilização única dos 03 (três) orçamentos na elaboração da pesquisa de preço, impondo como condicionante à Administração a necessidade de utilização de outras fontes no balizamento de preços:

274. É obrigatória a realização de cotação de preços nos casos de contratação direta? Sim. Nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, deve - se justificar o preço, nos termos do art. 26 da Lei no 8.666/1993, por meio de pesquisa de preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, pelos preços fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, por aqueles constantes de sistemas de registro de preços.

O balizamento também pode ser efetuado por meio de pesquisa de preços com, no mínimo, três propostas válidas para justificar a compatibilidade do preço oferecido pelo fornecedor com aquele vigente no mercado, desde que conjugado com as demais fontes de informação (3a Edição da orientação "Perguntas frequentes e respostas aos fiscalizados").

Evoluindo no entendimento estampado na jurisprudência o TCM/CE – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará no Processo de natureza normativa/consultiva no 2013.FOR.CON.03741/13, apresentou entendimento quanto a legalidade das pesquisas de preços via internet, o que demonstra a fragilidade da pesquisa única com três fornecedores, impondo à administração pública a utilização de outras fontes:

Nas cotações/orçamentos retirados da INTERNET deverão constar os endereços

www.acotacao.com.br/autenticar

CHAVE1: f9b012cd5df0861b03da291ece51ce1e

CHAVE2: 7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com



eletrônicos do qual foram retirados, caracterização completa das empresas consultadas (endereço completo, acompanhado de telefones existentes), a fim de resguardar a transparência e legalidade dos procedimentos administrativos, indicação dos valores praticados de maneira fundamentada e detalhada, não deverá ser admitida a cotação que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, data e local de expedição, deverá informar o prazo limite e ainda caberá ao fornecedor submeter-se às normas da Lei de Licitações.

Assim, no âmbito do Tribunal de Contas da união a pesquisa de preço em fontes que possam demonstrar os preços reais de mercado, vem ganhando força como meio de evitar possíveis prejuízos na ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento:

Licitação. Aquisição de medicamentos. Preços de referência.

1. As compras públicas de medicamentos devem ser balizadas pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública (art. 15, V, da Lei no 8.666/93), tendo por fim a **adequação da estimativa de preços aos praticados no mercado, sob pena de a Administração incorrer em superfaturamento de preços com prejuízo ao erário.**

2. Nas aquisições de medicamentos a Administração deve observar ainda os preços máximos e critérios fixados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/Anvisa), além de utilizar como referência os preços praticados no âmbito da administração pública.

Portanto, fica patente que a pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o conjunto de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária.

Diante do exposto, apresentamos nossa pesquisa de preços obtida no(s) endereço(s) eletrônico(s): <https://www.tce.ce.gov.br/>

Itaiçaba-CE, 3 de Fevereiro de 2022.


Ivo Coelho de Lima
Chefe do Setor de Compras





COLETA DE PREÇO 2022.01.24-0002

A(O) SETOR DE COMPRAS DA(O)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA - CE

Conforme solicitado estamos enviando proposta de preços para os itens abaixo:

LOTE 03

Item	Descrição do item	Marca	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	PITO N° 22,5 <i>PITO N° 22,5</i>	BREMMER	unidade	10,00	25,00	250,00
2	PITO N° 13 <i>PITO N° 13</i>	BREMMER	unidade	8,00	19,00	152,00
3	PROTETOR DE CAMARA (REF:17,5 X25) <i>PROTETOR DE CAMARA (REF.17,5 X25)</i>	VIPAL	unidade	12,00	379,00	4.548,00
4	PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 900 X 20) <i>PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 900 X 20)</i>	VIPAL	unidade	20,00	112,00	2.240,00
5	PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF:12/5 / 80-18) <i>PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF:12/5 / 80-18)</i>	VIPAL	unidade	2,00	122,00	244,00
6	REMEMDO PARA PNEU SEM CAMARA (CAIXA TUCHO) <i>REMEMDO PARA PNEU SEM CAMARA (CAIXA TUCHO)</i>	VIPAL	unidade	12,00	78,00	936,00
7	PITO N° 14 <i>PITO N° 14</i>	BREMMER	unidade	16,00	20,00	320,00
8	PITO N° 15 <i>PITO N° 15</i>	BREMMER	unidade	16,00	23,00	368,00

Valor total: R\$ 9.058,00 (nove mil e cinquenta e oito reais)

Validade da proposta: 60 DIAS

Fornecedor: R H HONORATO LOCACAO LTDA

CNPJ: 10.850.797/0001-70

Endereço: AV MONSENHOR OLIVEIRA, 1457 - CENTRO

CEP: 62.920-000

Cidade: QUIXERE/CE

SISTEMA DE COLETA ELETRÔNICA DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

A autenticidade do documento pode ser conferida através do portal abaixo ou QR Code disponibilizado neste relatório.

<https://www.acotacao.com.br/autenticar/proposta/Bab66fc40f79658f65782847ddb57ad9>

Enviado: 03/02/2022 15:37:23





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA
Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com



Quixere/CE, 03 de fevereiro de 2022.

Jezamir Junio dos Santos Oliveira
JEZAMAR JUNIO DOS SANTOS OLIVEIRA
PROPRIETARIO

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: JEZAMAR JUNIO DOS SANTOS OLIVEIRA, CPF: 024.754.163-00 EM 03/02/2022 AS 15:37:23 PELO IP COM N° 177.37.241.59

SISTEMA DE COLETA ELETRÔNICA DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

A autenticidade do documento pode ser conferida através do portal abaixo ou QR Code disponibilizado neste relatório.

<https://www.acolacao.com.br/autenticar/proposta/8eb56fc40f79656f65782847c0b57ad9>

Emitido: 03/02/2022 15:37:23





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com

COLETA DE PREÇO 2022.01.24-0002

A(O) SETOR DE COMPRAS DA(O)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA - CE

Conforme solicitado estamos enviando proposta de preços para os itens abaixo:

Item	Descrição do item	Marca	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	PITO N° 22,5 PITO N° 22,5	BREMMER	unidade	10,00	30,00	300,00
2	PITO N° 13 PITO N° 13	BREMMER	unidade	8,00	18,00	144,00
3	PROTETOR DE CAMARA (REF:17,5 X25) PROTETOR DE CAMARA (REF:17,5 X25)	ABC VALADARES	unidade	12,00	375,00	4.500,00

SISTEMA DE COLETA ELETRÔNICA DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

A autenticidade do documento pode ser conferida através do portal abaixo ou QR Code disponibilizado neste relatório.

<https://www.acotapeu.com.br/autenticar/proposta/6c511fe45167e445bcd980ab4307cad9>

Emitido: 03/02/2022 10:42:17





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

Rua Cel. João Correia, 298 - Centro - CEP: 62820-000 - Itaiçaba/CE
CNPJ: 07.403.769/0001-08 - Tel: (88) 3410-1112 - Site: www.itaiçaba.assesi.com



Item	Descrição do item	Marca	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor total
4	PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 900 X 20) PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 900 X 20)	ABC VALADARES	unidade	20,00	103,00	2.060,00
5	PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 12/5 / 80-18) PROTETOR PARA CAMARA DE AR (REF: 12/5 / 80-18)	ABC VALADARES	unidade	2,00	115,00	230,00
6	REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA (CAIXA TUCHO) REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA (CAIXA TUCHO)	VIPAL	unidade	12,00	68,00	816,00
7	PITO N° 14 PITO N° 14	BREMMER	unidade	16,00	21,00	336,00
8	PITO N° 15 PITO N° 15	BREMMER	unidade	16,00	24,00	384,00

Valor total: R\$ 106.511,00 (cento e seis mil e quinhentos e onze reais)

Validade da proposta: 60 DIAS

Fornecedor: A. ANCHIETA CHAVES JUNIOR

CNPJ: 07.701.811/0002-40

Endereço: R JOSE ESTACIO, 2715 - CENTRO

CEP: 62.930-000

Cidade: LIMOEIRO DO NORTE/CE

Limoeiro do norte/CE, 03 de fevereiro de 2022.


ANTONIO ANCHIETA CHAVES JUNIOR
PROPRIETARIO

SISTEMA DE COLETA ELETRÔNICA DE PREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA

A autenticidade do documento pode ser conferida através do portal abaixo ou QR Code disponibilizado neste relatório.

<https://www.acolacao.com.br/autenticar/proposta/8c51f8e45107c445bcc980eb4307cad9>

Emissão: 03/02/2022 10:42:17.

